



Ulysses foi um guerreiro na defesa das negociações. Mas a conversa ao pé do ouvido foi uma arma usada para derrubar barreiras: Afonso Arinos conversa com Carlos Sant'Anna, que fala com Ulysses, que recorre a Cabral

ENTREVISTA/Ulysses Guimarães

'O Brasil agora é um novo país'

BRASÍLIA — O Brasil, a partir de hoje, é um novo país: o término dos trabalhos da Constituinte marca também o fim da transição política. Agora, a figura do Presidente da República deixa de ser o epicentro e o País passa a ser dirigido por um condomínio de Poderes. A avaliação é do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que, em entrevista ao GLOBO, assumiu abertamente, pela primeira

vez, a condição de candidato à sucessão do Presidente José Sarney.

"Sou um homem realizado", afirma Ulysses, que agora já quer que a Convenção Nacional do PMDB, convocada para eleger o novo Diretor do partido, indique também o seu candidato à Presidência da República. Com a voz embargada pela emoção — e também pelo can-

saço —, Ulysses Guimarães lamenta o fato de não poder compartilhar a sua alegria com um antigo companheiro de mais de 40 anos: Tancredo Neves, o idealizador da Nova República.

O Deputado, que não esconde mais seu distanciamento do Presidente José Sarney, mesmo assim não lhe deixou de fazer justiça: acha

que ele herdou um País em ruínas. Apesar dos embates que travaram ao longo dos 19 meses de trabalho da Constituinte, Ulysses acredita que Sarney foi contagiado pelo clima de euforia que, no seu entender, contagiou hoje todo o povo brasileiro, diante da expectativa do que representa a Constituição para os destinos do País.

O GLOBO — Qual a importância do término dos trabalhos da Constituinte para a transição política?

ULYSSES GUIMARÃES — Representa o fim da transição política. Significa o fim da transição, entendendo-se que passamos de um Estado autoritário para um Estado de participação popular. A Constituição é o atestado positivo da implantação da democracia no Brasil.

O GLOBO — Ao perceber que a Constituinte estava terminando, o senhor disse que era um homem realizado. Por quê?

ULYSSES — Me considero um homem realizado porque sempre entendi que a democracia é o caminho político da dignidade, da estabilidade social e da fraternidade cristã. Sempre fui um convicto adepto e defensor da democracia. Sei que ela tem defeitos, mas se é um regime criado por homens para governar homens, evidentemente, em todos esses estágios se tem que pagar o preço de sua precariedade. Mas não há regime melhor, principalmente porque é um regime voltado para o homem. Ao passo que nos regimes autoritários, ditatoriais, a máquina do Estado e da vontade unipessoal esmaga, pune e tortura o homem, lançando-o no ostracismo e no exílio. Na democracia tive a oportunidade que reputo a mais alta da minha vida pública — ter sido escolhido, eleito Presidente da Constituinte.

O GLOBO — Seu projeto político se esgota na Constituinte?

ULYSSES — Enquanto a gente vive tem projetos. Em qualquer profissão, qualquer ofício que se tenha, um homem que não tem mais projetos é um homem morto. De forma que es-

tou na política e vou continuar na política. Agora não sei qual o lugar que o destino me reserva.

O GLOBO — O senhor sempre foi reticente sobre o assunto, mas agora já pode dizer que é candidato à Presidência da República?

ULYSSES — Como já disse, não sei o que o destino me reserva. Mas, como ele tem sido generoso comigo, quem sabe? O homem é ele e suas

circunstâncias. Nunca me coloquei como postulante aos cargos que ascendi, isso não depende de mim. Não é uma obra solteira. Ninguém faz isso porque a mulher quer. Não escondo que seria para mim uma honra e um privilégio se o meu partido e, principalmente, o povo brasileiro, me oferecessem mais esta oportunidade de servir ao meu País.

O GLOBO — O senhor vai percorrer o País difundindo a nova Constituição e fazendo campanha para os candidatos do PMDB às eleições municipais. É o primeiro passo de sua campanha à sucessão do Presidente Sarney?

ULYSSES — Sempre percorri o País. É a 22ª vez que faço isso pelo meu partido apoiando os nossos companheiros candidatos. Vamos realizar a Convenção Nacional. E eu entendo que seria de boa oportunidade o lançamento do nosso candidato à Presidência da República. O meu partido é que vai decidir. O cargo de Presidente da República a gente não deve se propor a ele. Se o meu nome for proposto e aceito, evidentemente vou me empenhar com o mesmo ardor com que sempre fiz, com a mesma garra, que graças a Deus nunca me faltou. Vou me empenhar no sentido de que o PMDB seja mais uma vez vitorioso.



O GLOBO — O senhor, que foi companheiro dele mais de 40 anos e que com ele idealizou o projeto da Nova República, como acha que Tancredo Neves estaria se sentindo hoje com o fim da transição?

ULYSSES — Entendo que Tancredo Neves, se estivesse vivo, estaria feliz como nós estamos. Estou notando um momento de muita alegria, de muita motivação, de muita esperança em todo o País. Estamos sentindo que com a Constituição está surgindo um novo Brasil. Havia aí muita escuridão, muita desesperança. Embora reconheça os esforços que estão sendo feitos, inclusive pelo Presidente Sarney. Ele herdou um montão de ruínas. Mas a Constituição é avator: está despertando — e eu tenho notícias de como isso está repercutindo em todo o País — até uma vontade de reparar de sinos, celebração de festas, de manifestações. Todos estão achando que a Consti-

Estão achando que a Constituição será boa companheira. Não uma santa milagreira para resolver todos os problemas, mas uma companheira para horas de agruras

tução será uma boa companheira. Não vai ser uma santa milagreira para resolver todos os problemas, mas vai ser uma companheira, principalmente nas horas das agruras e das dificuldades.

O GLOBO — Depois dos embates que teve com o Presidente Sarney por causa da Constituinte, acredita que ele ficará satisfeito com o texto agora aprovado?

ULYSSES — Entendo que sim. Eu tenho conversado pouco com o Presidente, porque de manhã, de tarde e à noite, sábado e domingo, estou engolfado com os trabalhos da Constituinte. Mas, recentemente conversei com ele lá no Pericumã, quando nós já estávamos com o texto para a segunda discussão. Ele mesmo me disse que havia lido atentamente e tinha descoberto muitas virtudes no projeto.

O GLOBO — O senhor acredita realmente que esse projeto corresponde aos anseios da sociedade?

ULYSSES — Estou plenamente convencido disso. Porque ela dá resposta positiva para corrigir muitas injustiças e necessidades sociais. É um texto voltado para o social, para o cidadão. Toda a sua armação jurídica baseia-se no cidadão para servi-lo contra a discriminação, dando-lhe direitos à saúde, educação etc. O Estado existe para servir ao cidadão. A criatura humana nasce com direitos que o Estado não pode tirar. O Estado não pode tirar aquilo que não pode dar: a prerrogativa de pensar e de pensar, falar, de se locomover — ir, ficar e vir. Além disso, há os direitos modernos contemporâneos, em que o cidadão é o credor do Estado.

O GLOBO — Quais os principais pontos que destaque na Carta?

ULYSSES — Uma das críticas feitas à Constituição de 46, que é um dos exemplos mais citados de Carta constitucional, é que cerca de um terço dela, não tendo precedentes autoaplicáveis, precisava de legislação complementar. Agora, com o mandato de injunção, substituímos a inércia. Se a executibilidade de um direito depende de lei posterior, o cidadão vai aos tribunais e consegue esse direito. O mandato de injunção é uma das maiores novidades da Constituição. A universalidade da Previdência é outra. Reputo como ponto muito importante também, e que por si só já valia todo o nosso esforço, a reforma tributária. O Governo deve estar onde está o homem e não o contrário, o homem correndo atrás do Governo. No Brasil, os Governadores e prefeitos sempre foram reféns do Governo central: davam-lhe dinheiro, se eles abdicassem dos compromissos que tinham com o partido, com suas convicções políti-

cas e até com o eleitorado. A reforma tributária é a carta de alforria dos Governadores e prefeitos.

O GLOBO — A Constituição aprovada ontem é do PMDB?

ULYSSES — Ele é da sociedade brasileira, pois foi feita pelos seus representantes.

O GLOBO — Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela Constituinte?

ULYSSES — A Constituinte enfrentou um volume muito grande de trabalho. Mas, nós estabelecemos sistemas que provocaram curiosidade de importantes parlamentos do Mundo, como o de dividir os trabalhos em subcomissões e comissões, até chegarmos ao plenário. O que nos ajudou muito foi o painel eletrônico.

O GLOBO — Agora só falta a data da promulgação. Quando será?

ULYSSES — Não posso precisar uma data. Mas, confesso que o início da Primavera, que é 21 de setembro, seria uma data muito apropriada porque, com as flores, renascerão as esperanças do povo brasileiro.

O GLOBO — Antes disso, o senhor vai descansar uns dias, não vai?

ULYSSES — Eu digo que sim, mas não vou. A política é uma cachaca. Agora, vamos cuidar de outras etapas importantes: a redação final e a solenidade de promulgação. Os companheiros é que vão descansar um pouco, aliás, mercadamente, até da minha voz, chamando-os para votar. Mas, eles também não conseguirão fazer isso porque a campanha está nas ruas.

Luta pela Carta começou há 11 anos

A necessidade de uma reforma constitucional para a plena democratização do País foi apontada como prioridade nacional por 79,9% dos consultados durante uma pesquisa realizada em 1980 pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Esta quase unanimidade estatística não surpreendeu o então Diretor da instituição, o jurista e Constituinte Afonso Arinos de Melo Franco, para quem a Constituição de 1967 é uma obra de ficção: não existe.

Arinos viria a presidir, cinco anos depois, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, encarregada por decreto presidencial de formular um anteprojeto a ser submetido à Assembleia Constituinte, convocada pelo Presidente José Sarney em junho de 1985. No entanto, o texto com 462 artigos elaborado pelos 51 "notáveis" nem chegou a ser enviado à Constituinte eleita em novembro de 1986.

A convocação desta Constituinte — a quinta na História do País — remonta a 1977, quando o MDB rompeu uma tradição oposicionista na vida republicana brasileira ao lançar a campanha por uma nova Constituição. O último Governo militar tentou dar um caráter de ilegalidade à iniciativa — que acabou derrotada com o arquivamento pelo Congresso do projeto do então Senador Orestes Quercia (PMDB-SP).

Foi um adversário inicial da convocação da Constituinte quem acabou por torná-la possível. Em julho de 1980, o Presidente do PDS, o então Senador José Sarney, reagiu com veemência à campanha pela Constituinte — "ela só teria sentido se existisse o caos institucional". Mas o compromisso de convocá-la, principal plataforma da campanha de Tancredo Neves à Presidência, foi assumido por Sarney após a morte do Presidente, como missão da Aliança Democrática. Ao assinar

em ato público no Palácio a proposta de emenda constitucional do Executivo, o Presidente Sarney qualificou a decisão de "ato de coragem e fé".

Promulgada pelo Congresso em novembro de 1985, convocando a Constituinte para 1º de fevereiro de 1987, a emenda do Governo foi saudada pelo Presidente do PMDB e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, como "a retomada da soberania do povo". No entanto, instalada a Constituinte, o entusiasmo de ambos logo enfrentaria os primeiros embates e até o final dos trabalhos frequentemente eles ficaram em campos opostos: Sarney pretendendo convencer os constituintes de suas posições e Ulysses defendendo a soberania da Assembleia. O Deputado foi o primeiro a sofrer um revés, na escolha do Líder do PMDB na Assembleia. A bancada preferiu o Senador Mário Covas (SP) em vez do Deputado Luiz Henrique (SC), candidato de Ulysses.

Após a aprovação do Regimento Interno — por acordo entre PMDB, PFL, PDS, PCB e PTB, que isolou o PT, o PDT, o PSB e o PC do B —, somente quatro meses após sua instalação a Assembleia começou a discutir propostas para a nova Carta. Em princípio, havia a previsão de que a Constituição ficaria pronta em sete meses — na primavera de 1987, e não na deste ano —, mas foram descumpridos todos os prazos fixados para os trabalhos das Subcomissões, das Comissões Temáticas e da Comissão de Sistematização, além dos frequentes adiamentos da votação em plenário, causados pela falta de quorum.

Afora as polémicas decorrentes das matérias específicas de cada Comissão, uma delas — a Comissão de Organização dos Poderes — logo se tornou o centro das atenções e mobilizou os articuladores políticos do Governo, por tratar do sistema de governo e da duração do mandato pre-

sidencial. Essas matérias, em todas as etapas da Constituinte, provocaram acirrados confrontos, até a consagração do regime presidencialista e a fixação do mandato presidencial em cinco anos — sobretudo para Sarney — no segundo turno.

As matérias polémicas foram o caldo de cultura em que, ainda na fase das Comissões, começaram a se formar e a proliferar na Constituinte diversos blocos suprapartidários: "direita", "esquerda", "centro", "moderados", além de muitos lobbies, que se tornaram cada vez mais organizados e atuantes, à medida que se aproximava a etapa das decisões. Sua influência se tornou decisiva quando todas as propostas das Comissões foram reunidas no anteprojeto da Comissão de Sistematização, cujo relatório deu partida propriamente ao início de apreciação do texto pelo plenário.

Engordado por duas mil emendas, inclusive as populares, o anteprojeto foi alvo de críticas de todos os setores. Na pauta das restrições, além do sistema de governo e do mandato presidencial, figuravam a reforma agrária, o papel das Forças Armadas, a reforma tributária, a reserva de mercado, a estabilidade no emprego, a definição de empresa nacional e capital estrangeiro e o aborto. A pressão por ajustes, correções e aperfeiçoamentos no texto polarizou as discussões do texto, num clima de tensão crescente que levou o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA) a rasgar o substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) no plenário da Sistematização.

Era apenas uma modesta amostra do que viria pela frente. Os confrontos se aguçaram, lançando cena um novo grupo "moderado" — o Centrão —, que seria protagonista dos próximos embates dentro e fora do plenário. A partir da vitória da sua proposta de alteração do Regimento Interno, o grupo passou a ser um elemento de peso nas

futuras negociações de acordos sobre temas polémicos.

A emergência do Centrão — recheado por peemedebistas — delineou uma nova correlação de forças no plenário. Nove emendas foram apresentadas pelo grupo ao projeto da Sistematização, para formular um projeto de Carta que afinal começou a ser votado pelo plenário no primeiro turno de votação. A partir daí, a Constituinte andou somente impulsionada por acordos. Antes da votação, as lideranças se reuniam e praticamente acertavam grande parte daquilo que seria aprovado em plenário. Onde não era possível negociar, a decisão ficava por conta da margem de votos em plenário.

Nesse regime, foram aprovados no primeiro turno temas polémicos como o voto aos 16 anos, o presidencialismo, os cinco anos para Sarney, a desapropriação de terras, a reforma tributária, o turno de seis horas, o direito de greve, o tabelamento dos juros e a licença-paternidade.

O texto aprovado nesta etapa foi criticado em pronunciamento na TV pelo Presidente Sarney, que o considerou faccioso e capaz de tornar o País ingovernável. A resposta foi imediata: o texto foi aprovado por 403 contra 13 votos, no final de julho. Ulysses, em discurso, defendeu o "cheiro de amanhã e não de mofo" do texto.

A nova intervenção de Sarney para moldar as decisões da Constituinte não chegou a ocasionar alterações significativas no texto, basicamente confirmado no segundo turno, embora tenha exumado o fantasma de golpe militar. No segundo turno, a votação foi acelerada, concluindo-se em cerca de 30 dias, para estabelecer um texto constitucional que nasce condenado a sofrer ajustes pela legislação ordinária e pela complementar, além da programada reforma daqui a cinco anos.